



FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM FOCO: análise dos desafios e horizontes das novas diretrizes

Welton Rodrigues de Souza ¹
Ademir Henrique Manfré ²

RESUMO: A Resolução CNE/CP nº 4/2024, que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores da educação básica, instituiu novas exigências e desafios para os sistemas de ensino em todo o país. O objetivo deste estudo é analisar, a partir do referencial teórico da Pedagogia Histórico-crítica, o que a pesquisa acadêmica recente revela sobre a formação de docentes sob a ótica dessa normativa com foco na superação de abordagens tecnicistas que negligenciam a formação integral do ser humano, a compreensão crítica da realidade e o desenvolvimento da consciência social. A metodologia adotada para a pesquisa foi a revisão sistemática de literatura realizada em bases de dados como SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e Google Acadêmico. A busca utilizou os descritores "Formação de professores" AND "resolução do CNE/CP nº 4/2024" AND "Pedagogia Histórico-Crítica", com um filtro temporal para publicações posteriores à implementação da resolução. Os resultados demonstraram que, embora a Pedagogia Histórico-Crítica ofereça importantes contribuições, ainda persiste um distanciamento significativo entre a formação teórica dos professores e a prática em sala de aula. O estudo conclui, portanto, que existem limitações na efetivação da formação docente crítica e comprometida com a transformação social, o que ressalta a necessidade de políticas públicas mais alinhadas capazes de conectar, de forma sólida, a teoria, a prática e o contexto educacional.

Palavras-chave: Educação básica; Diretrizes curriculares nacionais; Formação inicial de professores.

1 INTRODUÇÃO

O avanço das políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade da educação básica brasileira tem consolidado a formação inicial de professores como pilar fundamental ao desenvolvimento de uma prática pedagógica crítica, reflexiva e transformadora do cenário escolar. Nesse sentido, a Resolução CNE/CP nº 4/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura), emerge como marco regulatório essencial instituindo mudanças significativas nos currículos de licenciaturas em todo o Brasil.

Em resumo, o Artigo 3º da Resolução CNE/CP nº 4/2024 estabelece as bases para a formação inicial de professores, buscando garantir formação de qualidade, contextualizada e voltada às necessidades da educação básica com foco na

¹ Doutorando pelo PPG em Educação da Universidade do Oeste Paulista, campus de Presidente Prudente/SP. Bolsista CAPES.

² Doutor em Educação. Professor do PPG em Educação da Universidade do Oeste Paulista, campus de Presidente Prudente/SP.



valorização da profissão docente e na preparação para o exercício profissional ético e eficiente.

A resolução enfatiza a necessidade de uma formação que articule, de modo indissociável, a teoria e a prática desde o início do curso. Essa abordagem visa valorizar a docência como prática social buscando superar modelos de formação fragmentados e desvinculados da realidade escolar e do contexto social mais amplo. Nesse sentido, a Pedagogia Histórico-Crítica surge como importante referencial teórico para analisar os princípios formativos presentes na mencionada Resolução, pois compreendem a educação como instrumento de transformação da realidade e um processo intencional de humanização.

Diante desse contexto, o presente estudo se debruça sobre a seguinte questão: quais são as principais alterações propostas à formação inicial de professores pela Resolução CNE/CP nº 4/2024? Com o objetivo de responder essa indagação, esta pesquisa analisa os estudos acadêmicos recentes sobre a temática, utilizando a Pedagogia Histórico-Crítica como lente analítica para compreender os desafios e as implicações da nova normativa.

Dermeval Saviani, em sua obra *Escola e Democracia* (2024), abordou que a Pedagogia Histórico-Crítica, ao assumir a defesa da apropriação do saber como condição da emancipação humana, compreende que a tarefa da escola é a de propiciar a instrumentalização de conhecimentos que permita ao aluno apropriar-se dos instrumentos culturais, os quais, por sua vez, possibilitam a sua inserção crítica na sociedade e na cultura.

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica deste estudo consiste na revisão sistemática da literatura com o objetivo de analisar as produções acadêmicas no campo da formação docente. O foco da investigação foi identificar as alterações propostas à formação inicial de professores, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, sob a lente teórica da Pedagogia Histórico-Crítica.

Para assegurar o rigor metodológico, a pesquisa seguiu um protocolo rigoroso de busca, seleção e análise. A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa com descritores específicos: "formação de professores" AND "resolução do CNE/CP nº 4/2024" AND "pedagogia histórico-crítica". Inicialmente, essa busca resultou no total de 156 trabalhos. Contudo, para garantir a pertinência e a atualidade da análise, foi aplicado o recorte temporal abrangendo apenas o período de 2024 a 2025, o que corresponde à vigência da nova resolução. Após essa etapa de filtragem, o universo de estudos foi reduzido para cinco produções, que constituem o *corpus* do estudo aqui apresentado.

Quadro 1 – Quantidade de trabalhos selecionados para o estudo proposto

Autor	Título	Natureza do trabalho	Tipo	Ano
1 FONTENELE, I.	A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios.	Teórico	Artigo	2024 a
2 PAULA, E. A. P.	As diretrizes curriculares nacionais dos anos de 2015, 2019 e 2024: um caminho de avanços e retrocessos na formação de professores.	Teórico	Artigo	2025

3 GODOY, J. B. at all.	Parceria Universidade e Escola na Formação Profissional Docente: Contribuições de uma Oficina On-Line.	Teórico	Artigo	2024
4 SADOYAMA, A. S. P. at all	O projeto neoliberal na formação de professores: o Conselho Nacional de Educação (CNE) no contexto de construção da Resolução nº 4/2024	Teórico	Artigo	2025
5 COSTA, M. C. S. at all.	As “atuais” diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores/as e o avanço da privatização da educação superior no Brasil	Teórico	Artigo	2024

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que, embora recentes, as discussões sobre os efeitos da Resolução CNE/CP nº 4/2024 na formação inicial de professores já começam a aparecer na produção acadêmica, ainda que de forma incipiente. Muitos autores apontam que as alterações normativas ainda não têm se traduzido em mudanças efetivas nas práticas formativas (Paula, 2025).

Na análise das diretrizes atuais para a formação de professores apontamos ausências de debate sobre temas essenciais para a materialização das políticas públicas como o financiamento, a utilização de semântica e práticas discursivas a exemplo dos termos evidências e consenso(s), ambos compreendidos como recurso coerentes com as políticas gerencialistas das reformas empresariais. (Costa, 2024).

A literatura acadêmica consultada sugere que, apesar das inovações introduzidas pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, sua efetiva implementação enfrenta uma série de desafios de ordem estrutural e cultural. Como exemplo, Lima *et al.* (2024) destacam a fragilidade da articulação entre as instituições de ensino superior e as escolas públicas, fator que compromete significativamente a qualidade dos estágios supervisionados — etapa crucial para que os futuros professores possam vivenciar a prática formativa efetiva e crítica.

Nesse cenário de contradições históricas, Sodoyama (2025) aponta para a importância da atuação dos movimentos sociais cuja força de mobilização, construída ao longo da história do Brasil, manifesta-se como elemento de resistência. A revogação da Resolução nº 2/2019, um fato emblemático, é citada como um motivo para a esperança na perspectiva freireana, evidenciando o potencial de transformação social por meio da luta coletiva.

A Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) oferece contribuições fundamentais ao debate sobre formação docente ao fornecer o arcabouço teórico que fundamenta a abordagem crítico-social e a unidade dialética entre teoria e prática social mencionadas no Artigo 3º da Resolução CNE/CP nº 4/2024. Para a PHC, a escola não é apenas um espaço de socialização, mas uma instituição que deve mediar o acesso do aluno ao saber sistematizado, ou seja, aos conhecimentos científicos e culturais que a humanidade produziu. O professor, nesse sentido, atua como mediador essencial desse processo, que busca elevar o estudante do conhecimento

cotidiano (sincrético) ao conhecimento científico (sintético), permitindo a compreensão aprofundada e transformadora da realidade.

Nesse sentido, "A educação não pode ser concebida na ênfase de conceitos suspensos no ar ou conceitos tomados abstratamente, por conseguinte, não possui compromisso com nenhum período ou acontecimento histórico (Saviani, 2024, p. 62)". Esta citação destaca a importância de se considerar o contexto histórico e social da educação, indo além de abordagens teóricas abstratas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão sistemática da literatura teve como objetivo central analisar como as pesquisas acadêmicas têm abordado as mudanças na formação inicial de professores a partir da Resolução CNE/CP nº 4/2024. A análise dos estudos selecionados indica que a nova regulamentação busca promover a aproximação mais efetiva entre a teoria e a prática pedagógica, ao mesmo tempo em que visa fortalecer o compromisso social da docência. Nesse contexto, a Pedagogia Histórico-Crítica emerge como contribuição teórica crucial, oferecendo os subsídios necessários à formação de educadores reflexivos, críticos e capazes de atuar como agentes de transformação social.

Embora a resolução utilize uma terminologia progressista, foram identificadas contradições, principalmente na manutenção de estruturas que refletem abordagens mais pragmáticas. A exigência de, no mínimo, 50% de presencialidade para o estágio e a prática profissional na modalidade de Educação a Distância (EaD) é vista como um avanço significativo para a qualidade da formação. No entanto, persistem lacunas na articulação entre a formação inicial, a formação continuada e a prática profissional, o que demonstra a necessidade de um olhar mais integrado para o ciclo de desenvolvimento docente.

Em virtude da recente implementação da Resolução nº 4/2024, seus impactos de longo prazo ainda precisam ser investigados mais profundamente. Assim, este estudo reforça a importância de um monitoramento contínuo da normativa e do incentivo à produção de novas pesquisas sobre o tema. O principal desafio a ser enfrentado é garantir que a implementação das diretrizes regulatórias promova, de fato, a formação docente emancipatória e significativamente comprometida com a transformação social.

Diante do exposto, é fundamental intensificar o diálogo contínuo entre teoria e prática pedagógica, valorizar a carreira docente e garantir as condições institucionais e as políticas públicas necessárias para apoiar a educação transformadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial/Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://portal.mec.gov.br/index.php?op>

tion=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192. Acesso em: 08 ago. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 4/2024**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 610/2024**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2024.

COSTA, M. C. S. et al. As “atuais” diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores/as e o avanço da privatização da educação superior no Brasil. **Revista Cocar**. Edição Especial, nº 29, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9236>. Acesso em: 8 ago. 2025.

FONTENELE, I. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. **Revista Katálysis**, v. 27, nº 1, p. 1-10, 2024a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e97067>. Acesso em: 08 ago. 2025

GODOY, J. B. et al. Parceria Universidade e Escola na Formação Profissional Docente: Contribuições de uma Oficina On-Line. **Revista Praxis**, v. 12, n. 25, p. 31-39, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/praxis/article/view/8329>. Acesso em: 08 ago. 2025.

PAULA, E. A. P. As diretrizes curriculares nacionais dos anos de 2015, 2019 e 2024: um caminho de avanços e retrocessos na formação de professores. **Revista ARACÊ**, v. 7, n. 5, p. 24743-24765, 2025. Disponível em: [file:///C:/Users/PMTL/Downloads/arev7n5-218%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/PMTL/Downloads/arev7n5-218%20(1).pdf). Acesso em: 08 ago. 2025.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados; 2024.

SODOYAMA, A. S. P. et al. O projeto neoliberal na formação de professores: o Conselho Nacional de Educação (CNE) no contexto de construção da Resolução nº 4/2024. **Revista Humanidades & tecnologia (FINOM)**, v. 56, nº 1, p. 20-38 jan./mar.2025. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/6094/3714. Acesso em: 08 ago. 2025.